

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
PREGÃO Nº 490/2019/KAPPA/SUPEL/RO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0004.396092/2019-09  
DATA DE ABERTURA: 20 DE JANEIRO DE 2019.  
HORÁRIO: ÀS 10H00MIN. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)  
LOCAL: WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR

A empresa JONATHAN DE ALBUQUERQUE REINO EPP, C.N.P.J. nº. 22.276.236/0001-98, sediada à PRAÇA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº. 170 – SALA 21B, CENTRO – JOSÉ BONIFÁCIO – SP – CEP 15200-000, por intermédio do seu representante legal, o Sr. JONATHAN DE ALBUQUERQUE REINO, portador da Carteira de Identidade nº. 27.580.357-0 e CPF nº. 294.934.228-01, vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de apresentar RAZÕES RECURSAIS nos termos do Edital em referência, conforme fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

#### DA INTEÇÃO DE RECURSO

Manifestamos intenção de recurso (Acórdão nº 339/2010 – TCU), posto que a Empresa habilitada apresentou proposta comercial divergente com o produto exigido em edital e TR. Na proposta comercial a empresa habilitada apresentou CAFÉ TRADICIONAL e o exigido no TR é CAFÉ SUPERIOR. TAMBÉM NÃO APRESENTOU LAUDO OU CERTIFICADO DA ABIC, DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SUA HABILITAÇÃO.

#### FATOS E FUNDAMENTOS PARA A DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO DA EMPRESA HABILITADA

A Empresa Habilitada STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI, CNPJ 05.252.941/0001-36, sagrou-se vencedora no item 2 – CAFÉ – do pregão eletrônico 490/2019 desta Administração Pública, onde apresentou proposta e documentação para sua habilitação.

A empresa habilitada apresentou proposta comercial divergente com o produto exigido em edital e TR. Na proposta comercial a empresa habilitada apresentou CAFÉ TRADICIONAL e o exigido no TR é CAFÉ SUPERIOR, como se vê abaixo:

Descrição TR: Café torrado e moído padrão de qualidade mínimo SUPERIOR [...]

Na proposta eletrônica, a empresa habilitada limitou-se a copiar o nome da marca (COAMO) em todos os campos. No mais, na descrição do produto, copiou o descritivo do termo de referência, indicando que o produto seria classificado como SUPERIOR. Porém, na proposta comercial, onde consta o modelo do produto, a empresa habilitada classificou seu produto como TRADICIONAL. Ou seja, o produto ofertado na proposta comercial não é o mesmo produto exigido pelo edital e seus anexos.

A desclassificação / inabilitação da proposta comercial da empresa habilitada se funda no subitem 11.2.1:

11.2.1 CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE PROPOSTA INCOMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO ou manifestadamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.

Tal incompatibilidade não merece melhor sorte do que a desclassificação / inabilitação posto que a imperfeição encontrada não está no rol das correções admissíveis, conforme subitem 12 e seguintes:

#### 12 – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

12.1. Nos casos em que o(a) Pregoeiro(a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

12.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

12.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

Outro ponto a ser observado é que a empresa habilitada não anexou o laudo de comprovação da qualidade do café ou mesmo o certificado da ABIC, ambos documentos exigidos para habilitação da proposta comercial. Cabe ressaltar que a não comprovação através destes documentos é motivo de desclassificação por ser afronta direta ao descritivo do edital e anexos.

O não cumprimento do quanto exposto pela empresa habilitada feriu de morte o PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO quando apresenta produto divergente ao exigido no edital e seus anexos.

Trata-se de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis:

ART. 3º A LICITAÇÃO DESTINA-SE A GARANTIR A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

ART. 41. A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE DESCUMPRIR AS NORMAS E CONDIÇÕES DO EDITAL, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XI - A VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO OU AO TERMO QUE A DISPENSOU OU A INEXIGIU, AO CONVITE E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR;

Demais disso, as Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório:

Vinculação do Contrato ao Ato Convocatório: É obrigatória vinculação do contrato à proposta do contratado e aos termos da licitação realizada, ou aos termos do ato de dispensa ou de inexigibilidade de licitação. Nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993 a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Acórdão 1060/2009 Plenário (Sumário): Observe, no que se refere a eventuais alterações propostas, o dever de manutenção do vínculo e compatibilidade estabelecidos inicialmente entre o ato convocatório, o cronograma físico-financeiro e a execução da obra.

Acórdão 1932/2009 Plenário: Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 932/2008 Plenário: Faça constar dos termos de contratos cláusula que estabeleça sua vinculação ao edital de licitação, conforme o art. 55, XI, da Lei no 8.666/1993.

Acórdão 2387/2007 Plenário: Observe rigorosamente o princípio da vinculação ao edital, previsto nos arts. 3º e 41, da Lei nº 8.666/1993, abstendo-se de efetuar prorrogações de contratos não previstas.

Acórdão 1705/2003 Plenário: Observe que o instrumento de contrato vincula-se aos termos da licitação, conforme disposto no art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, não podendo acrescentar direitos ou obrigações não previstos no instrumento convocatório.

Acórdão 392/2002 Plenário: Observe a obrigatoriedade de vinculação entre o edital e o contrato prevista no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 286/2002 Plenário: Deve ser cumprido o disposto no art. 54, § 1º, da Lei no 8.666/1993, no que tange à conformidade entre os contratos assinados com os termos das respectivas licitações e propostas a que se vinculam.

Decisão 168/1995 Plenário: Abstenha-se de modificar, mediante tratativas com as empresas participantes do certame, a natureza e as características do objeto licitado, em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido no art. 3º da Lei no 8.666/1993.

Acórdão 3894/2009 Primeira Câmara: Observe, na elaboração dos contratos, os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, bem assim do ato que autorizou a dispensa ou inexigibilidade e respectiva proposta, conforme disposto no art. 54 da Lei nº 8.666/1993.

Decisão 107/1995 Segunda Câmara: Por derradeiro, importante salientar que, em se tratando de norma constante de Edital, deve haver vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de afronta ao próprio princípio da segurança jurídica. Do contrário, seriam permitidas inúmeras alterações dos critérios de julgamento e da própria execução de seu objeto, perpetuando-se total insegurança de seus termos.

Por todo o exposto, requer a Vossa Senhoria a desclassificação/inabilitação da proposta apresentada pela Empresa Habilitada.

Nestes Termos  
P. Deferimento

José Bonifácio - SP, 28 de Janeiro de 2020.

Jonathan de Albuquerque Reino EPP  
CNPJ 22.276.236/0001-98  
Jonathan de Albuquerque Reino  
CPF 294.934.228-01 e RG 27.580.357-0  
Proprietário

**Fechar**